



Poder Judiciário

Noções gerais. A Função Jurisdicional do Estado. Órgãos do Poder Judiciário. Garantias. Estatuto da Magistratura. Funções Essenciais à Justiça

Dirley da Cunha Júnior



Fanpage do Facebook: Dirley da Cunha Júnior

E-mail: dirleyvictor@uol.com.br



SUMÁRIO

1. A Função Jurisdicional do Estado
2. Órgãos do Poder Judiciário
3. O Estatuto da Magistratura
4. As Garantias do Poder Judiciário
5. Quinto Constitucional
6. Regime Constitucional dos Precatórios
7. Do Supremo Tribunal Federal
8. Do Conselho Nacional de Justiça
9. Do Superior Tribunal de Justiça
10. Justiça Federal. Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais

SUMÁRIO

- 11. Justiça do Trabalho. Dos Tribunais e Juízes do Trabalho
- 12. Justiça Eleitoral. Dos Tribunais e Juízes Eleitorais
- 13. Justiça Militar. Dos Tribunais e Juízes Militares
- 14. Justiça Estadual. Dos Tribunais e Juízes dos Estados
- 15. Das Funções Essenciais à Justiça
- 16 . Do Ministério Público
- 17. Da Advocacia Pública
- 18. Da Advocacia
- 19. Da Defensoria Pública



A Função Jurisdicional do Estado

A *jurisdição* é atividade por via da qual se manifesta uma das funções políticas do Estado: a função *judicial* ou *jurisdicional*. Através dela o Estado compõe os conflitos ocorrentes, de interesse ou não, e declara ou cria o direito aplicável ao caso, podendo, inclusive, executar suas próprias decisões na persistência do conflito.

ATENÇÃO



Cumprido ao Poder Judiciário, enquanto Poder do Estado, o exercício desta importante função, hoje não mais circunscrita à composição e solução de meros conflitos individuais ou de natureza intersubjetiva, pois abrange, numa visão mais ampla e contemporânea, as controvérsias de natureza coletiva e de caráter constitucional, destinando-se à garantia do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos fundamentais e dos valores constitucionais.



Órgãos do Poder Judiciário

De acordo com o art. 92 da Constituição Federal, são Órgãos do Poder Judiciário brasileiro:

o Supremo Tribunal Federal.

o Conselho Nacional de Justiça.

o Superior Tribunal de Justiça.

os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.

os Tribunais e Juízes do Trabalho.

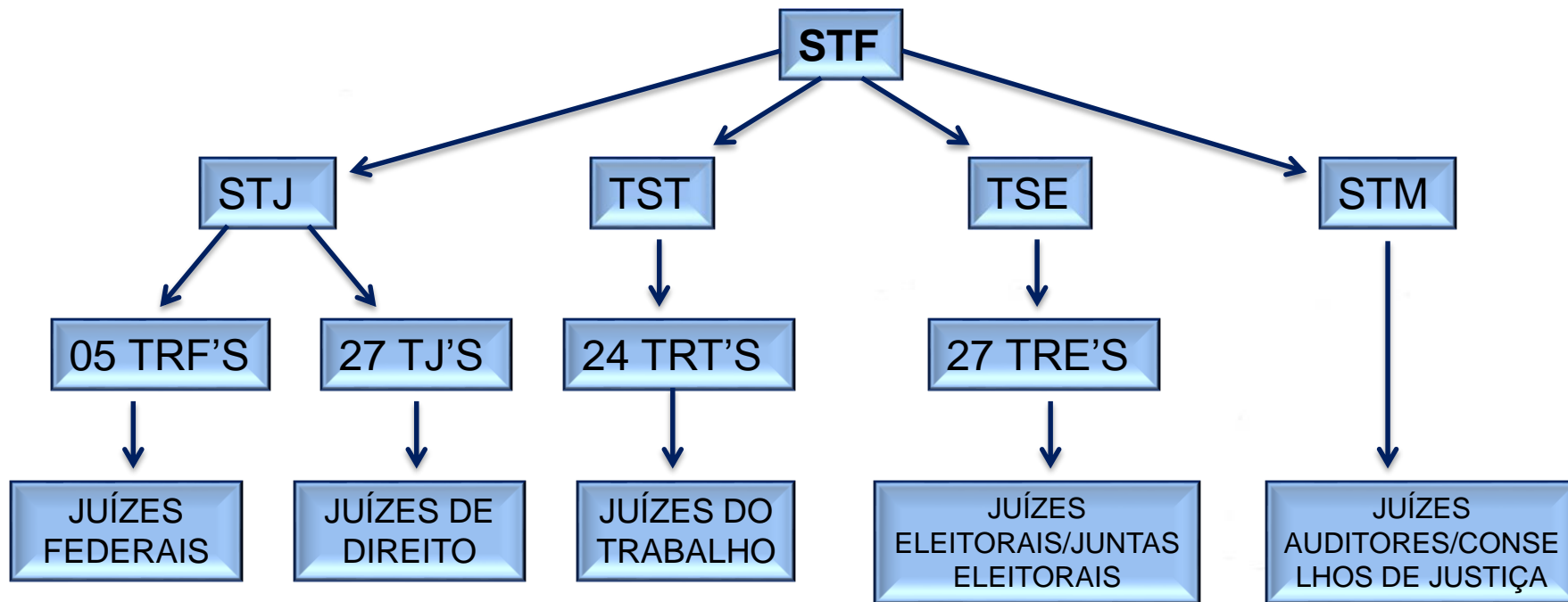
os Tribunais e Juízes Eleitorais.

os Tribunais e Juízes Militares.

os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.



Órgãos do Poder Judiciário





O Estatuto da Magistratura (Conceito e Ingresso na Carreira)

O Estatuto da Magistratura consiste num conjunto de normas constitucionais e legais, destinadas à disciplina da carreira da magistratura, forma e requisitos de acesso, critérios de promoção, aposentadoria, subsídio, vantagens, direitos, deveres, responsabilidades, impedimentos e outros aspectos relacionados à atividade do magistrado. Em consonância com o art. 93 da Constituição, lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o *Estatuto da Magistratura*. Atualmente, está em vigor a **LC 35/79 (LOMAN)**, que foi recepcionada pela CF/88 como o **Estatuto da Magistratura**.

Ingresso na Carreira →

→ cargo inicial de Juiz substituto.

→ mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as fases.

→ exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica

→ obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.



O Estatuto da Magistratura (Atividade Jurídica – Resol. CNJ 75/09)

O art. 59 da Resolução do CNJ nº 75/2009, **considera atividade jurídica**:

I – aquela exercida com exclusividade por bacharel em Direito;

II – o efetivo exercício de advocacia, inclusive voluntária, mediante a participação anual mínima em 5 (cinco) atos privativos de advogado (Lei nº 8.906, 4 de julho de 1994, art. 1º) em causas ou questões distintas;

III – o exercício de cargos, empregos ou funções, inclusive de magistério superior, que exija a **utilização preponderante de conhecimento jurídico**, independentemente de serem privativos de bacharel em direito;

IV - o exercício da função de conciliador junto a tribunais judiciais, juizados especiais, varas especiais, anexos de juizados especiais ou de varas judiciais, no mínimo por 16 (dezesseis) horas mensais e durante 1 (um) ano; e

V – o exercício da atividade de mediação ou de arbitragem na composição de litígios.



O Estatuto da Magistratura (Promoção na Carreira)

Promoção → promoção na carreira se dá de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

- a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;
- b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;
- c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento;
- d) na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;
- e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão

Ademais, a promoção para os Tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.



O Estatuto da Magistratura (Demais disposições)

- o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa
- todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente.



As Garantias do Poder Judiciário

a) **Garantias funcionais** (as chamadas garantias da magistratura), que asseguram a *independência* e a *imparcialidade* dos membros do Poder Judiciário no exercício da função jurisdicional; e

b) **Garantias institucionais**, as que assistem o próprio Poder Judiciário como instituição política fundamental no Estado Democrático de Direito, e que compreendem as *garantias de autonomia orgânico-administrativa e financeira*.



As Garantias do Poder Judiciário (Funcionais)

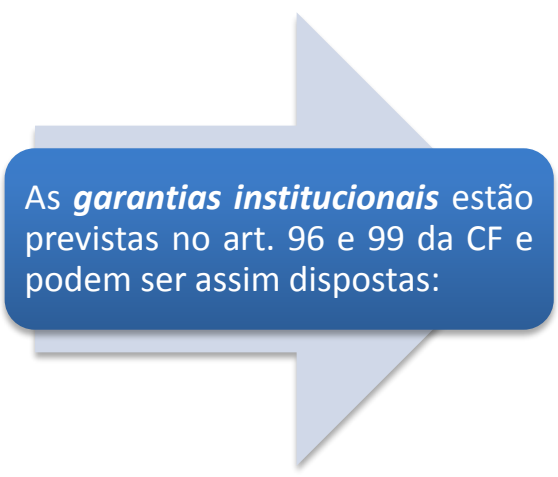
As **garantias funcionais** estão previstas no art. 95 da Constituição e podem ser assim dispostas:

a) garantias de **independência** dos juízes: *vitaliciedade*; *inamovibilidade*; e *irredutibilidade de subsídios*;

b) garantias de **imparcialidade** dos juízes, que se expressam por meio das seguintes *vedações*: - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; - receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo; - dedicar-se à atividade político-partidária; - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.



As Garantias do Poder Judiciário (Institucionais)



As *garantias institucionais* estão previstas no art. 96 e 99 da CF e podem ser assim dispostas:

a) *garantia de autonomia orgânico-administrativa*, que compreende a sua independência na organização e funcionamento de seus órgãos e serviços (**autogoverno**);

b) *garantia de autonomia financeira*, que abrange a sua independência na elaboração das propostas orçamentárias e execução de seus orçamentos, estando apenas limitado às diretrizes estabelecidas pela lei de diretrizes orçamentárias.

